

A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM COMO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO E INCLUSÃO

Schirley de Fátima Rietow Artur

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná.
Atual aluna de especialização em Gestão e Administração Escolar e Metodologia
na Educação Básica e Superior do Instituto de Educação Superior Nossa Senhora de Sion.

Contactos do autor:

BRASIL - (41) 32295286

srietow@yahoo.com.br

RESUMO

As questões relativas à avaliação se inscrevem em uma rede complexa. A mesma é produto das “leis” que regem o Projeto Político Pedagógico da escola (P.P.P.), da prática educativa do professor (que nem sempre condiz com o P.P.P.), e da sociedade. Sociedade, porque o horizonte cultural do país exerce influência na imagem e na compreensão a respeito da avaliação.

O método avaliativo escolar no Brasil passou a ser direcionado por uma pedagogia do exame, classificatória; aquela em que o ensino está calcado nos percentuais de aprovação e os pais desejosos da troca de série de seus filhos. No entanto, a preocupação com a educação em si, com o pedagógico, não existe: o importante é nota, é aprovação, é promoção.

Palavras-chave: avaliação, projeto político pedagógico, inclusão, transformação

As questões relativas à avaliação se inscrevem em uma rede complexa. A mesma é produto das “leis” que regem o Projeto Político Pedagógico da escola (P.P.P.), da prática educativa do professor (que nem sempre condiz com o P.P.P.), e da sociedade. Sociedade, porque o horizonte cultural do país exerce influência na imagem e na compreensão a respeito da avaliação.

O método avaliativo escolar no Brasil passou a ser direcionado por uma pedagogia do exame, classificatória; aquela em que o ensino está calcado nos percentuais de aprovação e os pais desejosos da troca de série de seus filhos. No entanto, a preocupação com a educação em si, com o pedagógico, não existe: o importante é nota, é aprovação, é promoção. Isso, porque vivemos em um país cuja cultura não é a do saber para a vida, mas sim a do saber para o

vestibular ou para a concorrência existente no mercado de trabalho. Esse tipo de cultura, logo de avaliação, acaba por aprofundar ainda mais as desigualdades existentes. Primeiro, porque privilegia o aluno que terá possibilidades (materiais) de chegar às portas da universidade. Segundo, porque enfraquece de tal modo o emocional dos alunos vindos das classes populares que estes acabam desistindo no meio do caminho. Como visto, a avaliação classificatória nada contribui para a transformação, para a inclusão; muito pelo contrário, ela é extremamente eficiente para a conservação da sociedade. Esse tipo de avaliação é, justamente, o meio que a escola tem de fazer acontecer essa conservação, promovendo a seleção dos “aptos” e dos “não aptos”. Os “aptos” são, geralmente, aqueles providos de certos bens culturais e que poderão dar continuidade aos seus estudos. Os “não aptos”, são, geralmente, os alunos vindos das classes populares. Segundo GARCIA (2001, p. 7),

A sociedade brasileira continua a produzir milhões de analfabetos, que contribuem para a manutenção de privilégios nas mãos daqueles que sempre detiveram o poder. Os excluídos de poder são excluídos de bens materiais e são também excluídos de bens culturais. A escola desempenha um papel fundamental nessa exclusão, não apenas porque cria barreiras que impedem a entrada das crianças das classes populares, mas porque, às que conseguem romper as barreiras e se matriculam são colocadas outras barreiras, que as impedem de ter sucesso na escola.

A falta de sucesso escolar na vida desses alunos vem de todo um processo que os minimiza, desclassifica e os idiotiza. Achando-se, assim, “burros”, estes alunos contribuem/contribuirão para os avançados números de reprovação e evasão; e levarão, para o resto de suas vidas, o estigma da burrice.

AValiação E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A avaliação escolar é o termômetro da concepção de educação do professor/instituição. Ela é articulada ao Projeto Político Pedagógico, já que a maneira como a escola avalia é o reflexo do que se idealiza para os alunos, ou seja, no que está proposto pelo P.P.P.. Neste contexto, a escola deve repensar as questões de aprendizagem e avaliação como uma necessidade inerente de transformação da humanidade, bem como dar uma resposta quanto ao perfil de educando (homens) que se intenciona formar; de sociedade e de mundo que se quer alcançar, garantindo uma avaliação e aprendizagem significativas.

O Projeto Político Pedagógico é uma intenção, um querer para a educação, um objetivo a ser alcançado. Por isso dizemos que neste Projeto tem de estar explícito qual é este querer: qual a situação atual e qual a ideal, a desejada; e o Projeto também é político na medida em que o que vai ser trabalhado está de acordo com aquilo que alguém pensa ser o melhor para outrem. De acordo com ALENCASTRO (I. P. *IN* : VEIGA. I. P. (org.).1995, p. 13),

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade.

O projeto deve estar pautado por subsídios teóricos e uma reflexão, pois é na prática que deverá surtir os efeitos de sua organização. Seus interesses deveriam derrubar as relações competitivas, autoritárias, conflituosas e preconceituosas. Deveria ter, como princípios norteadores a democracia, como meio de repensar a estrutura de poder da escola como socialização de uma prática que deve ser coletiva, atenuando o individualismo; a liberdade para aprender, ensinar e pesquisar; a valorização do magistério quanto às condições de trabalho; ousadia para romper com o tradicional e gerar a igualdade de condições de acesso e permanência na escola. A avaliação, ou melhor, a justa avaliação é uma das palavras-chave para a construção do último princípio norteador citado. Afinal, “(...) é mister avaliar para construir, não para destruir; diagnosticar para ajudar e acompanhar, não para punir e excluir.” (SANTOS, C. M. 200, p. 63 e 34).

AValiação e Transformação

O homem é um ser educável, um ser social. Se não o fosse, não haveria porque falarmos em transmissão de conhecimentos. Segundo ANDERY (1988: 12), “A transmissão dos conhecimentos se dá através da educação e da cultura”, que foi sendo construída ao longo dos anos, de geração a geração, graças à sociabilidade dos homens.

A escola é responsável por esta transmissão, bem como pela socialização e democratização do saber sistematizado; pela seqüenciação e planejamento dos processos pedagógicos que têm por objetivo promover, em contextos culturais específicos, relações significativas entre o educando e o conhecimento produzido historicamente pelo homem. Esta é a sua função social. A escola presta este serviço à sociedade e torna-se reflexo desta. É um ciclo. Sendo assim, se durante anos, ela, a escola, serviu para reproduzir os mecanismos de exclusão, a mesma poderá vir a servir, estrategicamente, com outro fim, o da inclusão. Segundo VASCONCELOS (IN: CANDAU, V. M. 1996, p. 100 e 103),

Se a prática educativa é condicionada pela situação histórica que caracteriza a sociedade, num espaço e tempo determinados, ela pressupõe uma proposta que visa à manutenção ou transformação dessa mesma sociedade. Nesta perspectiva, a metodologia que se utiliza para concretizar essa proposta, necessariamente servirá a essa mesma finalidade. (...). A partir dessa concepção, procurou-se mostrar que se a prática educativa, através de seus procedimentos metodológicos, serviu durante anos à classe dominante, ela pode também ser colocada a serviço da

classe dominada, (...), trazendo o conhecimento crítico da realidade, com vistas à sua transformação.

Dessa maneira, poderíamos dizer que se as práticas escolares servem a uma sociedade burguesa, ela poderia passar a servir às camadas populares, ou seja, as práticas escolares podem tanto contribuir para com a manutenção ou para com a transformação da sociedade. O indivíduo carece ter o conhecimento de que a sua maneira de pensar é condicionada por uma ideologia dominante; carece ter o conhecimento de que sua condição desfavorecida é fruto de uma política injusta do sistema e não um “mérito” pessoal. Enfim, o indivíduo carece ter o conhecimento de que ele é um sujeito de direitos, e não somente de deveres. Segundo Paulo Freire, os indivíduos necessitam de uma educação politizadora, ou seja, aquela que forma indivíduos críticos de sua própria condição e realidade.

A avaliação é uma prática. Essa prática depende muito do que propõe o Projeto Político Pedagógico. A avaliação pode tanto contribuir para o “bem” como para o “mal”, assim digamos, ou seja, ela pode tanto incluir como excluir, respectivamente. Tudo depende de sua filosofia, do seu querer para a humanidade, do perfil de homem e de sociedade.

O que se pretende com este texto é resgatar na escola a concepção integradora do indivíduo e nela inserir o papel da avaliação da aprendizagem como agente transformador tendo em vista o perfil de homem, de sociedade e de mundo que se quer alcançar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERY, Maria Amália. et al. Olhar para a história: caminho para a compreensão da ciência hoje. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro. Espaço e Tempo. São Paulo: Educ, 1988.

CANDAU, V. M. **Rumo a uma nova didática**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

GARCIA, R. L. (Org.). **Alfabetização dos alunos das classes populares**. 4^a ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, C. M. **A Avaliação e a Cola na Perspectiva do Aluno**. Revista Pátio, ano 3, n^o 12. FEV/ABR 2000.

TARDIF, M. O trabalho docente, a pedagogia e o ensino. In: TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VEIGA, I. P. (org.). **Projeto político pedagógico: uma construção possível**. São Paulo: Papyrus, 1995.